

Aplicação Da Análise Cívica Do Jornalismo Às Reportagens Do Quadro “Cadê o Dinheiro Que Tava Aqui?”¹

Caleb Pereira LIMA²

Cleiton Ruas GOMES³

Yuri Santana IRIARTE⁴

Flávia Moreira Mota e MOTA⁵

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar duas reportagens exibidas no quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui”, “Prefeitura do PR distribui medicamentos vencidos a doentes”, veiculada em 02/08/2015 e “Prefeitos inventam viagens para embolsar dinheiro de diária em MG”, veiculada em 30/08/2015, ambas do programa Fantástico da Rede Globo. Nosso estudo se fundamenta na teoria do jornalismo cívico e nas categorias apresentadas na “Análise Cívica do Jornalismo” (MOTA, 2014). Movimento surgido nos EUA no final dos anos 1980 apregoa que os jornalistas e a imprensa devem reconsiderar seu papel em um estado democrático. Em vez de se sentirem apenas como observadores neutros, ambos precisam atuar para o bom funcionamento da vida pública. Nosso intuito é verificar se as referidas produções se enquadram ou não na filosofia/prática do jornalismo cívico.

PALAVRAS-CHAVE: análise cívica do jornalismo; Fantástico; jornalismo cívico.

ABSTRACT

This paper has as objective to analyze two reports displayed in the "Where's the money tava here," "PR City Hall distributes medicines to patients losers", broadcast on 02.08.2015 and "Mayors invent daily trips to pocket money in MG "aired on 08/30/2015, both in the Fantastic program of Rede Globo. Our study is based on the theory of civic journalism and the categories displayed in the "Analysis of Civic Journalism" (MOTA, 2014). Movement emerged in the US in the late 1980s proclaim that journalists and the media must reconsider its role in a democratic state. Instead of feeling just as neutral observers, both must act for the good functioning of public life. Our aim is to check whether these productions fall or not in philosophy / practice of civic journalism.

KEYWORDS: analysis of civic journalism; fantastic; civic journalism.

¹ Trabalho apresentado no II – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Estudante de Graduação 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UESB, email: caleb_fisio09@hotmail.com

³ Coautor estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UESB, email: cleitonruaspro@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UESB, email: yuri.iriarte@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UESB, email: flaviamota2@gmail.com

Introdução

As primeiras discussões sobre uma nova proposta de práticas jornalísticas denominada “jornalismo cívico” foram iniciados nos Estados Unidos, no fim da década de 1980. A iniciativa nasceu como uma resposta de alguns veículos noticiosos à sucessiva queda nas vendas e ao intenso de que enfrentavam, constatado por meio de pesquisas (PENA, 2005; COLEMAN, 2003). Em sua gênese, que tem como pano de fundo as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 1988, o movimento buscou dar centralidade ao cidadão e a seus anseios e necessidades, reafirmando a democracia e incentivando a participação política da população, já que no país o voto é facultativo.

Uma das principais características do jornalismo cívico é se colocar plenamente a serviço do público, buscando se distanciar dos interesses puramente econômicos e políticos. Os cidadãos e suas necessidades passam a ocupar um papel primordial tanto na definição das pautas quanto na construção da notícia, incentivando e melhorando, desta forma, o debate cívico e contribuindo para a formação de um espaço público mais dinâmico e fortalecido.

Adotar a teoria/prática do jornalismo cívico requer muito mais do que o conhecimento das técnicas da área – embora sua importância não seja descartada - mas um conhecimento amplo sobre temas que sejam, de fato, de interesse público. Antes de qualquer mudança no aspecto técnico, é preciso que haja uma transformação no comportamento daqueles que assumem a posição de formadores de opinião.

O jornalismo cívico não é a solução para todos os males nem será capaz de sozinho, promover um exercício profissional mais ético. Mas devem os reconhecer que se trata de um caminho valioso para que o jornalismo cumpra sua função social de maneira mais efetiva.

Referencial Teórico

As eleições presidenciais de 1988 nos Estados Unidos são consideradas como um momento decisivo na trajetória do jornalismo público. A cobertura não teria atingido quais propostas ou temas estavam em discussão, mas sim personalidades, aspectos negativos das campanhas, bastidores e ações táticas, reservando aos eleitores apenas a posição de

espectadores passivos. Assim, a pauta das preocupações dos eleitores parecia ter simplesmente desaparecido do noticiário. As notícias gerariam inércia e leitores inertes consumiriam cada vez menos informações.

O sentimento, após o fim da disputa eleitoral, era de que os meios de comunicação estavam interessados apenas nas histórias negativas que afloravam durante a campanha e esquecidos em relação às questões importantes para a população. Já os eleitores diminuía a compra de jornais impressos, pois estavam desencantados com a imprensa pela forma com que ela passava ao largo dos temas que mais os interessavam. Pela primeira vez, desde 1924, o número de eleitores que compareceram às urnas foi menor que a metade do total de inscritos (MERRIT, 1997, p.5).

Essa perspectiva coloca a redução das tiragens e a alienação em relação à política como fenômenos relacionados. Daí a teoria e a prática do jornalismo público apontarem a urgência de os jornais voltarem a se conectar com o público, pela oferta de uma cobertura diferente, substancial e positiva, capaz, por sua vez, de levar o público a se reconectar com a política. O que os jornalistas públicos chamaram de vida pública, seja na atenção persistente aos dilemas da gestão pública, na discussão ativa entre segmentos sociais ou na participação em associações civis, estaria ameaçado pelo crescente desinteresse no processo democrático. E, sem uma vibrante vida pública, não haveria sentido nem mesmo na própria existência do jornalismo (Friedland, 2000).

O jornalismo público procura enfrentar sérias rupturas na esfera cívica e o decorrente declínio no engajamento dos cidadãos nos processos democráticos. De acordo com seus principais defensores, os jornalistas têm a responsabilidade de alimentar o compromisso cívico e a participação dos cidadãos; o jornalismo deveria promover, e até mesmo ajudar a ampliar, a qualidade da vida pública. (Hass; Steiner, 2002, p.325)

Um extenso estudo divulgado no final de 2002 pelo *Pew Center for Civic Journalism*, mais importante órgão de pesquisa e inventivo do tema nos Estados Unidos, também confirma a tese de que o jornalismo público teve as campanhas eleitorais como ponto de partida, com diários do interior erguendo essa corrente da imprensa. O relatório intitulado *Measuring Civic Journalism Progress: a report across a decade of activity* (Friedland e Nichols, 2002) analisou 651 experimentos, entre 1994 e 2002, e observou que, com o passar dos anos, os jornais das regiões metropolitanas começaram a adotar o

jornalismo público, movimento que influenciou um quinto das publicações norte-americanas.

Jay Rosen (1999, p.22), professor da Universidade de Columbia e um dos principais teóricos do jornalismo público, apresenta uma definição clara dos propósitos do movimento:

O jornalismo público é uma abordagem do negócio diário da profissão que apela aos jornalistas para que eles (1) dirijam-se às pessoas como cidadãos, participantes potenciais nos assuntos públicos, ao invés de vítimas ou espectadores; (2) ajudem a comunidade política a agir em relação a seus problemas, ao invés de apenas aprender a respeito; (3) aperfeiçoem o clima da discussão pública, ao invés de apenas assistir à sua deterioração; e (4) ajudem a vida pública a caminhar bem, de modo que ela mereça reivindicar nossa atenção.

Entretanto, o foco imediato do jornalismo público é o processo de produção de notícias em si mesmo. Seu objetivo é melhorar a qualidade das notícias por meio de uma reforma na imprensa, tornando-a uma instituição mais democrática, responsável e aberta à crítica pública.

O jornalismo cívico, por sua vez, está centrado na recuperação da vida pública, utilizando os instrumentos midiáticos para capacitar os cidadãos para a deliberação pública e a atuação cívica na solução de problemas. Nesta perspectiva, o jornalismo volta seu olhar para a comunidade e é visto como um instrumento capaz de mudar o público, enquanto o jornalismo público olha para o interior da profissão, buscando melhorá-la tornando-a mais pública.

Embora o trabalho baseie-se na Teoria Norte Americana onde há uma compreensão de que o *Public Journalism* e o *Civic Journalism* são a mesma coisa, toda vez que há uma leitura sobre o Jornalismo Público e Cívico a partir dessa Teoria, entende-se as duas formas como práticas semelhantes. A adoção do termo Jornalismo Cívico no trabalho, passa pela concepção de que o Jornalismo Público no Brasil costuma ser entendido mais ligado ao jornalismo feito pelo setor público, exemplo da TV Brasil e algumas esferas públicas mantidas pelo poder público, como por exemplo as estatais, as TVs públicas etc. A diferenciação principal que se faz apresenta-se nesse sentido. No Brasil, o Jornalismo Público está muito ligado ao Estado, por isso a adoção do termo cívico.

Inusitado seria, de fato, se não houvesse as intensas críticas hoje indicadas. Daí a pertinência de movimentos como o jornalismo público para propor meios de diálogo com

elas e orientar a procura de aperfeiçoamentos na área. E, ainda que seus padrões e soluções tenham sido formados para atender problemas específicos da atividade jornalística nos Estados Unidos, as lições adquirem validade bem maior, tornando-se referências importantes para outras democracias preocupadas com a qualidade de seu jornalismo.

Material e Métodos

A proposta deste trabalho, bem como do projeto ao qual se associa, é avaliar produções jornalísticas a partir de um composto de categorias denominado “Análise Cívica do Jornalismo” (MOTA, 2014), o qual apontamos a seguir:

1. *Relevância do tema abordado* - Leva em consideração o assunto abordado pelo produto jornalístico e a sua relevância para o fortalecimento da cidadania. A suposta imparcialidade, grande bandeira dos principais veículos de comunicação, é posta de lado. De acordo com a filosofia do jornalismo cívico, não importa se serão abordados assuntos de interesse local ou global, contudo os temas tratados nas reportagens devem levar o público a uma reflexão e motiva-lo ao exercício da cidadania.

2. *Origem da pauta*- De acordo com os pais e defensores da prática do jornalismo cívico, os assuntos noticiados devem, em primeira instância estar em consonância com a “agenda cidadã”. Ou seja, devem tratar de assuntos que tenham influência direta na vida cotidiana dos cidadãos. As pautas devem surgir de assembleias de associações de moradores, de representantes de organizações não governamentais ou de canais de acesso do espectador/leitor disponibilizados pelos próprios veículos de notícias.

3. *Natureza das fontes*- As fontes oriundas dos poderes instituídos devem estar tensionadas com a presença do cidadão como fonte, ou seja, os dois lados da história não são ouvidos para que seja meramente cumprida uma obrigação normatizada pelos parâmetros da profissão. Tal atitude reafirma o foco do jornalismo cívico: a centralidade do cidadão.

4. *Termos escolhidos para se referir aos atores sociais*- Avaliar a linguagem adotada pelo produto noticioso e os termos utilizados para descrever os atores sociais a quem a reportagem faz referência. A proposta aqui é perceber se no texto falado ou escrito a caracterização dos personagens os coloca numa posição de vítimas ou os trata como cidadãos, tal como propõe o jornalismo cívico.

5. *Propostas de soluções*- As matérias, de acordo com os princípios do jornalismo cívico, devem munir o cidadão de informações úteis e esclarecimentos que o ajudem na tomada de decisões. O jornalismo praticado nos moldes cívicos deve informar o público “sobre o que é realmente necessário para que eles atuem racionalmente como cidadãos em uma democracia” (LIMA, 2011, p. 380).

6. *Função educativa da informação jornalística*- São pautas que devem “estar comprometidas com a visão de que alguma coisa precisa ser feita, há problemas e desafios a serem enfrentados, há interesses em jogo, e o jornalismo e o jornalista podem desempenhar um papel fundamental na sua explicitação” (DORNELLES, 2008, p. 129).

Como objeto de estudo, adotamos duas reportagens veiculadas pelo quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui” do programa Fantástico, exibido pela Rede Globo. A primeira “Prefeitura de cidade do PR distribui medicamentos vencidos a doentes”, veiculada em 02/08/2015, trata da venda de medicamentos vencidos para a prefeitura de Ibema e a segunda “Prefeitos inventam viagens para embolsar dinheiro da diária em MG”, veiculada em 30/08/2015, revela o esquema para embolsar dinheiro de diárias de prefeitos de três cidades do interior de MG.

As duas reportagens retratam o descaso com a aplicação do dinheiro público destinado as prefeituras das referidas cidades. Dinheiro esse que deveria ser usado para melhoria da condição de vida dos moradores. Enquanto na primeira reportagem, o problema dirige-se à situação da saúde do município, na segunda o problema reflete no setor administrativo. Elas foram escolhidas por se tratar de uma temática de interesse público, levando em conta o valor-notícia para o jornalismo cívico.

Fantástico

De acordo com o Memória Globo, em 1973, estreava na Rede Globo uma revista eletrônica de variedades, com duas horas de duração, que reunia jornalismo e entretenimento para levar até o espectador os assuntos relevantes no Brasil e no mundo.

O fantástico foi criado pelo então diretor de operações da Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, para substituir o programa jornalístico *Só o amor constrói* (1973). Ele queria uma revista visualmente sofisticada que trabalhasse com a realidade e a ficção, representadas pelo jornalismo, pela dramaturgia e pela linha de shows. Foi quando em uma das reuniões de criação, Ronaldo Bôscoli (um dos produtores musicais da

emissora na época), pensando na diversidade de assuntos que fariam parte da nova atração, sugeriu o nome *Fantástico*. Já Boni, preferia *O Show da Vida*, título de trabalho do projeto. Depois de uma breve discussão, decidiu-se juntar as duas ideias, e o programa foi batizado.

A primeira edição do agora *Fantástico, o Show da Vida* foi ao ar pela primeira vez no dia 05 de agosto de 1973, com apresentação de Sérgio Chapelin e direção de João Loredó. Os telespectadores se depararam com assuntos variados nessa primeira edição. Uma matéria exclusiva registrou, ao vivo, o momento em que Tostão, craque da seleção brasileira de futebol tricampeã em 1970, recebeu o laudo médico que o impediria de continuar jogando. Outra mostrou uma entrevista com o cirurgião plástico Ivo Pitanguy. Ao longo do programa, o apresentador Sérgio Chapelin informava sobre o noticiário da semana. O humorista Chico Anysio, por sua vez, apresentava um monólogo cômico em quatro partes.

A primeira vinheta em cores da Revista Eletrônica foi gravada no dia 14 de abril de 1974, no Teatro Fênix, no Rio de Janeiro. A partir do dia 28 de abril, o *Show da Vida* começou a ser exibido em cores, mas, durante alguns anos, quadros e reportagens foram ao ar com imagens em preto e branco, por causa das dificuldades técnicas da transmissão colorida.

Lançado durante o período da ditadura militar, não conseguiu escapar à censura prévia dos meios de comunicação. Todas as manhãs de domingo, o programa era submetido à análise minuciosa de um censor. Inúmeras vezes recorriam-se a musicais ou números de circo e mágica para ocupar o lugar de alguma matéria vetada pelos censores minutos antes do programa ir ao ar. Devido a esse tipo de pressão da censura, resolveu-se, em um primeiro momento, privilegiar as reportagens internacionais, que acabaram marcando época.

Atualmente, o *Fantástico* é apresentado pelos jornalistas Tadeu Shimidt e Poliana Abritta, contando com diversos quadros. Dentre eles, daremos destaque a um especificamente, objeto do nosso estudo, o quadro “*Cadê o dinheiro que tava aqui?*”.

“*Cadê o dinheiro que tava aqui?*”

Dentre os inúmeros quadros do programa *Fantástico*, encontra-se um denominado *cadê o dinheiro que tava aqui?*, de caráter investigativo. A denúncia é realizada pelos

internautas, população, moradores de qualquer cidade do Brasil, sobre corrupção, empresas de fachada, notas frias, preços superfaturados.

De posse das informações, Eduardo Faustini, conhecido como Repórter Secreto, depois de um trabalho bastante rigoroso de análise e recolhimento de informações, dirige-se à cidade aonde as possíveis irregularidades foram constatadas. O quadro não é transmitido toda semana, pois precisa de um trabalho minucioso de investigação que pode durar meses. Após a veiculação da reportagem, um suporte se instala no sentido de ajudar os membros do público a se verem como cidadãos e a se tornarem responsáveis para lidar com toda a complexidade de temas e atuar como participantes na sociedade civil, ao invés de se portar como meros espectadores dela.

Resultados e Discussões

Ao utilizarmos as categorias analíticas às reportagens analisadas, é possível perceber que os temas abordados são de interesse público. Eles não se restringem a apenas uma ou duas cidades do país. Desvio de verbas públicas, especialmente quando se trata do dinheiro destinado à saúde do município, não se delimita apenas a uma localidade. É um assunto que desperta o interesse comum.

Na reportagem “Prefeitura de cidade do PR distribui medicamentos vencidos a doentes”, uma equipe do Grupo de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Cascavel, no Paraná, faz uma ação num porão da casa de um prefeito. Remédios vencidos, que tinham de ter ido para o lixo, eram distribuídos pela prefeitura entre a população do município de Ibema, interior do Paraná. Na segunda reportagem “Prefeitos inventam viagens para embolsar dinheiro de diárias em MG”, os prefeitos das cidades de Coração de Jesus, Fruta de Leite e Jaíba no interior do estado de Minas Gerais, são investigados pelo Ministério Público por embolsar dinheiro de diárias e pelo recebimento de propinas.

Por se tratar de temas que afetam de maneira ampla e direta a sociedade como um todo, pode-se afirmar que nas duas reportagens, a relevância do tema abordado segue a tendência do interesse público. Com isso, a primeira categoria da Análise Cívica do Jornalismo é contemplada.

De acordo com os pressupostos do jornalismo cívico, especialmente o que aponta a centralidade do cidadão na produção da notícia, os assuntos abordados pelos veículos

noticiosos devem estar em consonância com a “agenda cidadã”. Ou seja, devem tratar de assuntos que tenham influência direta na vida cotidiana dos cidadãos.

Uma indicação é que as pautas surjam de assembleias e reuniões de associações de moradores, entidades não governamentais e outros espaços nos quais os cidadãos tenham representatividade e voz. No caso das duas reportagens, as pautas são decididas através do envio de denúncias sobre inúmeros assuntos através do preenchimento de uma ficha disponível no próprio site do quadro, com os seguintes dados: Nome; e-mail; telefone; município; estado; denúncia.

Através do envio de um e-mail no dia 23 de setembro de 2015 foram solicitadas algumas informações sobre a condução das pautas. No dia 29 de setembro de 2015, através da troca de e-mails, ainda não havia uma resposta sobre o questionamento, mas através do logotipo presente no site “O fantástico vai investigar o roubo do dinheiro público. Envie sua denúncia sobre corrupção, empresas de fachada, notas frias, preços superfaturados. Queremos que você nos ajude a identificar os ralos por onde o dinheiro dos impostos escoar”, fica claro que a escolha dos temas aconteceu fora do ambiente de redação, num possível canal de interação do veículo de comunicação com seu público. Diante disso, a segunda categoria é observada positivamente.

Os pais e defensores do jornalismo cívico definem que o cidadão não deve ser consultado apenas para complementar a notícia, para ilustrar a informação ou para que o jornalista fique com a consciência tranquila por ter ouvido os dois lados, como ensinam os manuais de jornalismo. Privilegiar o cidadão não implica em abandonar as chamadas “fontes oficiais”, mas sua presença deve estar tensionada com a voz daquele.

Na primeira reportagem são ouvidas as fontes especializadas no assunto, a coordenadora e o delegado do Gaeco de Cascavel-PR, e o médico do Ministério Público-PR, não para serem confrontados, mas para esclarecerem a motivação de tais investigações. Também foram colhidos depoimentos de uma mulher, de uma mãe juntamente com seu filho, uma criança, todos moradores do município, onde relataram o problema que acomete o município, visto de outro ponto, complementando a narrativa.

Na segunda reportagem, duas fontes principais são ouvidas, o prefeito de Coração de Jesus e o prefeito de Jaíba. Também são ouvidas fontes especializadas no assunto, o promotor de Justiça- MG, bem como o depoimento de uma gestante, do vice-prefeito de Coração de Jesus, de um cidadão e de uma lavradora. Assim, a terceira categoria da Análise Cívica, aparece nas duas reportagens.

Pela diversidade das fontes e estando inseridos em diferentes contextos não é percebida discriminação ou qualquer evidência que possa constranger os cidadãos quanto aos termos referidos a eles. O que se observa é que o texto jornalístico está em conformidade com as instruções referentes ao uso de expressões adequadas. Há na adoção dos termos um cuidado em preservar a integridade moral dos atores sociais. Com a manutenção dos termos como “prefeitos”, “secretários” em vez de “corruptos”, percebe-se uma linguagem não abusiva, que não condena- entendido como decreto final, as investigações ainda estão em curso – nem vitimiza os atores sociais. Aos envolvidos nos casos, o termo empregado foi o de investigados ou acusados, confirmando a presença da quarta categoria.

A notícia, nesta perspectiva, deve dar ao cidadão condições de buscar formas para solucionar os problemas comunitários. Em termos práticos, as matérias podem disponibilizar boxes, infográficos e quadros ilustrativos que contenham informações sobre órgãos ou instituições competentes ligadas aos fatos.

Nas reportagens, são transmitidas algumas visões sobre o problema do desvio de dinheiro público no país, a relação e o modo de atuação das pessoas envolvidas nos atos infracionais, assim como a função do estado e o que ele tem feito para sanar o problema. Contudo, as investigações ainda estão em curso e não há um apontamento claro para possíveis soluções dos problemas. Nesse caso, a quinta categoria do Jornalismo Cívico não se adequa.

Falar sobre a função educativa da informação jornalística implica dizer que a notícia deve agregar conhecimento e não apenas transmitir informações aleatórias ao público. Munido desse conhecimento ofertado pela informação jornalística, o cidadão se torna mais consciente da realidade na qual está inserido e pode ter mais condições de lutar por seus direitos. As duas reportagens desempenham essa função didática de levar conhecimento ao cidadão.

Para o último critério da Análise Cívica do jornalismo, as duas reportagens direcionam o cidadão para alternativas que possam ajuda-lo na formação e na atuação de uma cidadania efetiva e não apenas em um mero retransmissor de informações.

Conclusão

O objetivo do artigo, como o próprio título sugere, foi estabelecer categorias para avaliar a aproximação ou não de produtos jornalísticos que se afinem com o jornalismo cívico ou se assumam como praticantes dessa filosofia/movimento. A partir da análise apreendida até aqui é possível apontar que as duas reportagens contemplam o sentido do “ser” do Jornalismo Cívico, que defende uma relação de confiança entre os profissionais e seu público.

O objeto jornalístico analisado mostrou-se compatível com as propostas trazidas pelas categorias da análise cívica do jornalismo utilizadas na pesquisa. A relevância do tema abordado como sendo de interesse público e não do público; a origem da pauta, através de um canal de interação entre o veículo de comunicação estudado com seu público e não dentro das redações; na natureza das fontes, a voz cidadã sobressai; os termos escolhidos para se referir aos atores sociais estão em conformidade com as instruções referentes ao uso de expressões adequadas; e a função educativa da informação jornalística torna-se presente na formação de um cidadão mais consciente de seu papel na sociedade. Contudo, na categoria propostas de solução, não fica clara uma ou mais propostas de como resolver os problemas, provavelmente por as investigações ainda estão em curso.

A conclusão é de que entre as seis categorias da Análise Cívica do Jornalismo, as reportagens só não contemplam à categoria “propostas de soluções”, pois muni o cidadão de informações úteis, porém não sugere uma solução. A adoção de procedimentos de jornalismo público não é uma iniciativa simples, mas a mudança no papel do jornal, de um posicionamento supostamente neutro para um engajado no bom funcionamento da vida pública é um caminho que precisa ser iniciado.

Referências

COLEMAN, R. **Os antecedentes intelectuais do jornalismo público**. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 59-74.

FRIEDLAND, L. A. **Public Journalism: past and future**. Dayton, Ohio: Charles F. Kettering Foundation, 2003.

HAAS, T. **The pursuit of public journalism: theory, practice, and criticism**. New York; London: Routledge, 2007.

MERRIT, Davis. **Public journalism and the public life: why Telling the news is not enough**. 2ª edição. New Jersey: Erbaum, 1997.

MORAES, B. S. de. **Jornalismo Público**: um olhar sobre o Repórter Brasil. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

MOTA, F. M. M. e. **Análise cívica do jornalismo**: uma proposta de categorias para avaliação de produtos jornalísticos. 2014. 124p. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

PENA, F. (org.). **1000 perguntas em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

Portal Globo: Disponível em: < <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/fantastico> > Acesso em 2 de outubro de 2015.

Portal Globo: Disponível em: < <http://g1.globo.com/fantastico/quadros/Cade-O-Dinheiro-Que-tava-Aqui/index> > Acesso em 2 de outubro de 2015.

ROSEN, J. The action of the Idea. In: GLASSER, T. L. **The Idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. p. 22.

ROTHBERG, D. **Jornalismo Público**: informação, cidadania e televisão. São Paulo: Editora Unesp, 2011.